

COMANDO 6 REGIAO MILITAR

Termo de Referência 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	160036-COMANDO 6 REGIAO MILITAR	MAURO CABRAL DA SILVA	11/05/2026 14:10 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	118/2026	64299.000522/2026-33

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64299.000522/2026-33)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação serviço de preparação e traslado de restos mortais (corpo e membros), incluindo todas as despesas indispensáveis à efetivação desse transporte, do local do óbito/amputação para o local designado pela família para o velório/sepultamento/cremação, quando se tratar de óbito de militares da ativa e seus dependentes, militares veteranos, pensionistas, servidores civis e ex-combatentes na abrangência da **6ª Região Militar** (Estados da BA e SE), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Und Med	CAT	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR Unt MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL MÉDIO (R\$)
1	Translado de corpo via rodoviário por quilômetro	Km	4170	8.000	R\$ 5,70	R\$ 45.600,00
2	Translado de corpo via aéreo por quilo	Kg	4170	2.250	R\$ 52,00	R\$ 117.000,00
3	Translado de corpo via Taxi Aéreo por quilômetro	Km	4170	8.000	R\$ 43,60	R\$ 348.800,00
4	Tanatopraxia	Und	4170	20	R\$ 1.490,50	R\$ 29.810,00
5	Embalsamamento	Und	4170	20	R\$ 1.701,00	R\$ 34.020,00
6	Serviço de confecção de coroa de flores composta por mix de folhagens e flores naturais (crisântemo e flores da época) Média (1,00x1,00)	Und	4170	20	R\$ 500,00	R\$ 10.000,00
7	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, quatro alças	Und	483059	10	R\$ 575,44	R\$ 5.754,40

	dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 0,60m.					
8	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 0,80m.	Und	483059	10	R\$ 1.300,00	R\$ 13.000,00
9	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,00m.	Und	624601	10	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00
10	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, alça varão de metal com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,20m.	Und	622555	10	R\$ 1.255,00	R\$ 12.550,00
11	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, alça varão de metal com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,40m.	Und	624600	10	R\$ 946,00	R\$ 9.460,00
12	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, alça varão de metal com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,60m.	Und	624603	10	R\$ 1.150,00	R\$ 11.500,00
13	Urna normal de madeira na cor natural, sextavada, acabamento externo em verniz de alto brilho, forração na caixa e tampa em papel nevado e com quatro chavetas, visor de vidro com quatro chavetas para o visor, travesseiro solto, babado e sobrebabado em renda, alça varão com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em alto relevo e tamanho até 2,00m.	Und	622630	20	R\$ 2.202,50	R\$ 44.050,00
14	Urna normal de madeira na cor natural, sextavada, acabamento externo em verniz de alto brilho, forração na caixa e tampa em papel nevado e com quatro chavetas, visor de vidro com quatro chavetas para o visor, travesseiro solto, babado e sobrebabado em renda, alça varão com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em alto relevo e tamanho especial (Altura acima de 2,00m e peso acima de 100kg).	Und	622661	20	R\$ 2.520,00	R\$ 50.400,00
15	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 0,60m.	Und	622569	10	R\$ 610,00	R\$ 6.100,00
16	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 0,80m.	Und	622568	10	R\$ 500,00	R\$ 5.000,00
17	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 1,00m.	Und	622568	10	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
18	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 1,20m.	Und	622568	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
19	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 1,40m.	Und	622568	10	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00
20	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 1,60m.	Und	622568	10	R\$ 900,00	R\$ 9.000,00
21	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho adulto até 2,00m.	Und	622567	20	R\$ 1.100,00	R\$ 22.000,00
22	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho adulto especial (Altura acima de 2,00m e peso acima de 100kg).	Und	622569	20	R\$ 1.400,00	R\$ 28.000,00
23	Correção Facial	Und	4170	20	R\$ 1.010,00	R\$ 20.200,00
24	Serviços Funerários e desembaraço da documentação para transporte terrestre.	Und	4170	20	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00
25	Serviços Funerários e desembaraço da documentação para transporte aéreo.	Und	4170	20	R\$ 700,00	R\$ 14.000,00
	TOTAL DA REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA O GRUPO 1:					R\$ 874.244,40
GRUPO 2						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Und Med	CAT	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL MÉDIO (R\$)
26	Translado de membro via rodoviário por quilômetro	Km	4170	4.000	R\$ 5,50	R\$ 22.000,00
						R\$

27	Translado de membro via aéreo por quilo	Kg	4170	1.000	R\$ 65,00	65.000,00
28	Translado de membro via Taxi Aéreo por quilômetro	Km	4170	4.000	R\$ 45,00	R\$ 180.000,00
29	Higienização e Formolização	Und	4170	5	R\$ 1.200,00	R\$ 6.000,00
30	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, babado e sobrebado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 0,60m.	Und	624597	5	R\$ 780,00	R\$ 3.900,00
31	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, babado e sobrebado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 0,80m.	Und	624602	5	R\$ 660,00	R\$ 3.300,00
32	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, babado e sobrebado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,00m.	Und	624601	5	R\$ 1.250,00	R\$ 6.250,00
33	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, babado e sobrebado em renda, alça varão de metal com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,20m.	Und	622555	5	R\$ 1.255,00	R\$ 6.275,00
34	Serviços funerários e desembarço da documentação para transporte terrestre de membro.	Und	4170	5	R\$ 450,00	R\$ 2.250,00
35	Serviços funerários e desembarço da documentação para transporte aéreo de membro.	Und	4170	5	R\$ 700,00	R\$ 3.500,00
TOTAL DA REQUISICÃO MÁXIMA PARA O GRUPO 2:						R\$ 298.475,00
TOTAL DA REQUISICÃO MÁXIMA:						R\$ 1.172.719,40

Critérios para a Escolha do Modal de Translado Aéreo

A definição do modal aéreo a ser empregado no translado de restos mortais ou membros amputados será pautada pelos princípios da economicidade, eficiência e celeridade, observando-se as seguintes diretrizes operacionais:

1. Translado via Aéreo por Quilo (Voo Comercial Regular):

- **Aplicação:** Constitui a **regra geral** para o transporte aéreo em longas distâncias no território nacional.
- **Justificativa:** Deverá ser utilizado sempre que houver disponibilidade de rotas operadas por companhias aéreas comerciais regulares que interliguem a localidade de origem ao destino designado pela família ou representante legal. Esta modalidade garante a maior viabilidade econômica para a Administração Pública, aproveitando a malha aérea existente e a precificação padronizada por franquia de peso (quilo).

2. Translado via Táxi Aéreo por Quilômetro (Fretamento Excepcional):

- **Aplicação:** Constitui medida de **excepcionalidade**, acionada estritamente quando o transporte rodoviário for inviável e o voo comercial regular não puder atender à demanda.
- **Justificativa:** Sua utilização justifica-se em casos de ausência de rotas comerciais diretas ou conexões viáveis para a localidade de destino, incompatibilidade de horários que acarretem atrasos que firam a dignidade do atendimento, ou diante de restrições sanitárias e operacionais das companhias aéreas regulares.
- **Amparo Legal e Autorização:** Em estrito cumprimento às Instruções Reguladoras (EB30-IR-50.020), a autorização para a utilização de serviço de táxi aéreo poderá ser concedida pelo Comandante da Região Militar (Cmt RM), caso a situação exigir, quando solicitada pela autoridade militar da guarnição onde se encontra o corpo.

Desta forma, a contratada deverá estar apta a intermediar e executar ambas as modalidades, cabendo à Seção de Assistência Social da 6ª Região Militar, em conjunto com as autoridades competentes, deliberar qual a opção mais vantajosa e adequada para cada caso concreto no momento do acionamento.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se destina à manutenção permanente da atividade assistencial de translados de corpos e membros, porém com execução de caráter eventual e imprevisível sob demanda, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a redução de custos operacionais e administrativos, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.;

Prazo de vigência

1.4. O contrato terá vigência inicial de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, com fundamento no art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, por se caracterizar como serviço contínuo e essencial para a manutenção das atividades de assistência social da 6ª Região Militar.

1.5. A vigência poderá ser prorrogada sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção contratual sem ônus, conforme os critérios estabelecidos no art. 107 da referida Lei.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000215/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 13/05/2025;
- III. Id do item no PCA: 329;
- IV. Classe/Grupo: 4170 - Serviço Funerário e Cemitério;
- V. Identificador da Futura Contratação: 160036-118/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade Ambiental

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a Contratada deverá adotar práticas de logística sustentável, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), atendendo rigorosamente aos seguintes requisitos:

4.1.1. Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes: Cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), garantindo a destinação final ambientalmente adequada de resíduos biológicos (infecçãocontagiosos do Grupo A) e resíduos químicos (Grupo B), em estrita observância à Resolução RDC ANVISA nº 222/2018 e às resoluções pertinentes do CONAMA;

4.1.2. Fica expressamente vedado o descarte de efluentes químicos (como o formaldeído/formol utilizado na tanatopraxia e embalsamamento) e fluidos biológicos na rede de esgoto comum sem o devido tratamento prévio;

4.1.3. Licenciamento das Instalações: Comprovar, quando exigido, que as instalações laboratoriais utilizadas na execução dos serviços de conservação possuem Licença Ambiental de Operação e Alvará Sanitário válidos e regulares;

4.1.4. Observar os demais critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação nacional, estadual e municipal, tais como na Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima) e na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Considerando a variedade e a natureza dos itens a serem contratados, bem como a necessidade de garantir a competitividade e evitar a restrição indevida de mercado, a Administração optou por não indicar marcas ou modelos específicos. As especificações técnicas do objeto foram definidas de forma genérica, permitindo a participação de diversos fornecedores e marcas, desde que atendam aos requisitos de qualidade e desempenho.

4.2.1. A Administração não vedará a utilização de marcas ou produtos específicos na execução dos serviços (como urnas, fluidos e paramentos), desde que estes atendam às especificações técnicas exigidas e sejam de qualidade compatível com a finalidade da contratação. O objetivo é assegurar a liberdade de escolha do contratado, desde que garantida a qualidade e a segurança sanitária do serviço.

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 80% (oitenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3.1. Justificativa do Percentual (Estudo Paramétrico): A fixação do limite em até 80% fundamenta-se na abrangência nacional da contratação e na dimensão continental do país. A execução tempestiva do traslado a partir de qualquer localidade da federação torna materialmente impossível que uma única empresa possua infraestrutura laboratorial e frota próprias em todos os municípios. A logística depende intrinsecamente de redes parceiras (clínicas locais) e do modal aéreo comercial. O percentual adotado encontra-se amparado em estudo paramétrico da Força Terrestre, tendo sido validado e aplicado com sucesso no **Pregão Eletrônico Nº 00007/2023 (UASG 160488 - Comando da 2ª Região Militar)**, que possui escopo, público-alvo e necessidade de cobertura logística idênticos ao desta licitação.

4.3.2. Desde que não constitua prévia e definitiva cessão ou transferência de obrigações e direitos atribuídos à Contratada;

4.3.3. Quando não existir matriz, filial ou congênere da Contratada nas localidades de origem ou de destino em que a parcela do objeto deva ser executada;

4.3.4. Quando, mesmo existindo matriz, filial ou congênere da Contratada nas localidades de origem ou de destino, as parcelas do objeto a serem subcontratadas se refiram ao tratamento do corpo/membro, ou à modalidade de transporte utilizado.

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.4.1. A gestão administrativa, o faturamento direto e a representação legal do contrato perante a 6ª Região Militar;

4.4.2. A responsabilidade técnica centralizada pela garantia de qualidade, devendo a contratada principal responder pela padronização dos materiais (urnas e paramentos) e pela adequação dos serviços prestados por toda a sua rede parceira perante a ANVISA, o IML e o Exército Brasileiro; e

4.4.3. O recebimento do acionamento inicial e a coordenação logística primária do atendimento junto à Seção de Assistência Social (SAS/6), devendo a contratada manter o controle ininterrupto da operação.

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto (limitadas a 80% do valor):

4.5.1. A execução técnica dos procedimentos de preparação, conservação (tanatopraxia, embalsamamento e formolização) e correção facial de restos mortais e membros amputados em localidades fora da sede da contratada;

4.5.2. O fornecimento local das urnas especiais, invólucros, revestimentos metálicos (zinco) e paramentos por empresas parceiras na localidade da ocorrência, desde que rigorosamente dentro das especificações e dimensões exigidas neste Termo de Referência; e

4.5.3. A execução do transporte terrestre (veículos funerários adaptados) nas localidades de origem ou destino, o desembarço documental local e a contratação dos modais aéreos (franquia de peso em voo comercial ou fretamento de táxi aéreo) para a efetivação do traslado nacional.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Garantia da Contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.8. Não há necessidade de realização de avaliação ou vistoria prévia do local de execução dos serviços, restando dispensada a sua exigência.

Responsabilidade sobre a Cadeia de Fornecedores e Normas Trabalhistas

4.9. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus fornecedores e subcontratados, das normas de integridade, meio ambiente e respeito aos direitos humanos.

4.10. A Contratada obriga-se a cumprir todas as normas trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis à sua equipe técnica e rede parceira, responsabilizando-se por eventuais autuações decorrentes do descumprimento de referidas normas.

4.11. É vedada a utilização de trabalho análogo ao escravo ou trabalho infantil, devendo a Contratada exigir igual compromisso de toda a sua cadeia de fornecedores e subcontratados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Regras Gerais de Execução 5.1.1. Os serviços serão executados conforme discriminado nos subitens a seguir.

5.1.2. Os serviços licitados abrangem o transporte desde o endereço de origem (local da apanha) até o endereço de destino (local de entrega), inclusive o desembarço aeroportuário nos aeroportos de origem e destino, se for o caso.

5.1.3. A contratada deverá proporcionar as seguintes facilidades operacionais e técnicas, entre outras:

- a) Contatar o órgão competente para a liberação do corpo/membro amputado;
- b) Verificar a causa mortis e avaliar o estado do corpo/membro amputado;
- c) Confirmar peso e altura do falecido/membro amputado;
- d) Encaminhar o corpo/membro amputado para preparação;
- e) Higienizar e tamponar o corpo/membro amputado, de acordo com cada necessidade;

- f) Aplicar material conservante (por formolização ou embalsamamento) e vestir o corpo;
- g) Expedir ata de formolização ou embalsamamento;
- h) Emitir notas e ordens de serviço;
- i) Confirmar o destino final do corpo/membro amputado;
- j) Definir, em conjunto com a contratante, o meio de transporte mais adequado (rodoviário ou aéreo); e
- l) Demais serviços necessários de acordo com a avaliação técnica e aprovação do representante da 6ª Região Militar.

5.2. Dinâmica de Acionamento e Prazos

5.2.1. A Contratada deverá dispor de um sistema de atendimento telefônico ininterrupto, funcionando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

5.2.2. O serviço será prestado a partir do acionamento telefônico formalizado pela Seção de Assistência Social do Comando da 6ª Região Militar à Contratada. Observada a data e o local da apanha constantes na solicitação, a empresa estará autorizada a dar início ao serviço de translado.

5.2.3. A contratada será acionada exclusivamente pela Seção de Assistência Social da 6ª Região Militar e, ato contínuo, entrará em contato com a família do "de cujus" através do telefone indicado para coordenar os trâmites.

5.2.4. A execução dos serviços será iniciada em, no máximo, **1 (uma) hora** após o acionamento da Contratada. A conclusão do atendimento dependerá das ações preliminares, da liberação de toda a documentação necessária à execução do serviço (a ser providenciada e custeada pela Contratada) e do efetivo translado do corpo/membro amputado do local de origem até o destino final.

5.3. Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.3.1. O local de origem e o de destino do "de cujus" ou membro amputado serão informados pela Seção de Assistência Social, obtidos em contato com a família por ocasião do acionamento do serviço.

5.4. Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta

5.4.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características operacionais:

5.4.2. Nas propostas das licitantes, tanto para a preparação quanto para o translado, deverão estar contabilizados no preço final registrado os custos de:

- a) Higienização do corpo ou membro amputado;
- b) Translado terrestre dentro do perímetro urbano na origem e no destino (hospital / residência / IML / capela / cemitério / crematório); e
- c) Todas as despesas que decorram da mão de obra, incidindo direta ou indiretamente sobre o custo, além dos materiais (urnas, paramentos, etc.) necessários à execução integral dos serviços.

5.5. Avaliação de Desempenho e Qualidade (IMR)

5.5.1. A fiscalização da execução contratual utilizará critérios objetivos para aferir a qualidade da prestação dos serviços, fundamentando-se no **Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante no Anexo I** deste Termo de Referência.

5.5.2. A aferição por meio do IMR ocorrerá em cada acionamento, avaliando indicadores como o tempo de resposta (prontidão estipulada no item 5.2.4), a qualidade dos materiais fornecidos e a eficácia dos procedimentos de conservação. Os resultados impactarão diretamente no pagamento da fatura, podendo gerar glosas proporcionais em caso de descumprimento das metas.

5.6. Especificação da Garantia do Serviço

5.6.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. Transição e Finalização do Contrato

5.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características pontuais e emergenciais de cada acionamento do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de validade do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.16.1. Avaliação da qualidade, tempestividade e eficácia do serviço prestado, fundamentada no preenchimento do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante no Anexo I, o qual subsidiará a aplicação de sanções ou glosas em caso de descumprimento das metas.
- 6.16.2. Contato posterior da Seção de Assistência Social com os familiares do falecido, a fim de atestar o respeito aos prazos logísticos, a dignidade no atendimento e a conformidade técnica da urna e dos paramentos fornecidos em relação às exigências do contrato;
- 6.16.3. Conferência rigorosa de toda a documentação comprobatória exigida para a liquidação da despesa, incluindo a certidão de óbito, guias de livre trânsito, atas de formolização ou embalsamamento, notas fiscais e comprovantes de embarque aéreo (quando aplicável), atestando a efetiva execução antes da autorização do pagamento; e
- 6.16.4. Monitoramento rigoroso do tempo de resposta da Contratada, certificando-se de que o início da execução dos serviços ocorreu no prazo máximo de 1 (uma) hora após o acionamento formal, bem como a verificação da regularidade operacional das empresas subcontratadas acionadas para prestar o serviço em outras localidades.
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.21.1. Verificação contínua da manutenção das condições de habilitação e qualificação da Contratada, exigindo e conferindo a regularidade fiscal, trabalhista e a validade dos alvarás sanitários (tanto da matriz quanto das empresas subcontratadas autorizadas), mediante consulta ao SICAF e análise documental prévia a cada ateste de nota fiscal;
- 6.21.2. Acompanhamento rigoroso e controle dos limites de subcontratação estipulados neste Termo de Referência, certificando-se de que a empresa principal não ultrapasse o teto permitido de 80% (oitenta por cento) e de que a gestão administrativa e a responsabilidade técnica permaneçam centralizadas sob seu controle; e

6.21.3. Recebimento, análise e autuação da documentação comprobatória dos traslados realizados para a consolidação das informações no processo de liquidação da despesa e preenchimento do respectivo Mapa Mensal de Pagamento de Traslado de Corpos, visando o correto encaminhamento gerencial e controle da execução financeira pela Região Militar.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta seção.

7.1.1. O IMR tem por objetivo aferir a qualidade, a tempestividade e a conformidade dos serviços de preparação e traslado de restos mortais e membros amputados, vinculando o pagamento à entrega efetiva e adequada dos serviços contratados.

7.1.2. A avaliação de desempenho da Contratada será realizada a cada acionamento (por evento fúnebre), e a consolidação dos resultados ocorrerá no momento do ateste da respectiva nota fiscal.

7.1.3. A nota de avaliação do serviço será apurada pelo Fiscal do Contrato com base no cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos para esta contratação.

7.1.4. O Primeiro Indicador avaliará o Tempo de Resposta Inicial, verificando o estrito cumprimento do prazo máximo de 1 (uma) hora para o início do atendimento logístico após o acionamento formal via telefone pela Seção de Assistência Social da 6ª Região Militar.

7.1.5. O Segundo Indicador avaliará a Qualidade do Serviço e dos Materiais, verificando a conformidade das urnas, dos paramentos, do invólucro e da técnica de conservação empregada (ausência de vazamentos de fluidos ou odores), comprovada mediante o contato da fiscalização com os familiares do falecido após o atendimento.

7.1.6. O Terceiro Indicador avaliará a Eficiência no Desembarço e na Logística, verificando a capacidade da empresa em obter a certidão de óbito, as guias de trânsito e as liberações em aeroportos e hospitais de forma célere, sem gerar atrasos injustificados que impactem o embarque ou o sepultamento.

7.1.7. O descumprimento das metas estabelecidas nestes indicadores resultará na adequação do pagamento, mediante a aplicação de glosas (descontos) proporcionais à gravidade da falha, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

7.1.8. O serviço classificado como de "Execução Plena" (cumprimento total dos indicadores e ausência de reclamações fundamentadas da família) ensejará o pagamento de 100% (cem por cento) do valor faturado para o respectivo acionamento.

7.1.9. O serviço com "Falha Leve" (atrasos operacionais no tempo de resposta inicial que não resultem em perda de voo comercial ou não afetem o cronograma do sepultamento) ensejará o desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor total faturado no evento específico.

7.1.10. O serviço com "Falha Grave" (atrasos que resultem em perda do embarque, fornecimento de urna fora dos padrões exigidos, falha na técnica de conservação ou desrespeito comprovado aos familiares) ensejará o desconto de 20% (vinte por cento) do valor faturado no evento, além da imediata notificação para abertura de processo sancionatório.

7.1.11. A Contratada será previamente notificada sobre a apuração de qualquer inconformidade no IMR, sendo garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa antes da efetivação da glosa no pagamento da nota fiscal.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A apresentação e a conformidade de toda a documentação comprobatória exigida para a liquidação da despesa, englobando a Nota Fiscal devidamente emitida, a Certidão de Óbito, as guias de livre trânsito, as atas técnicas de preparação (formolização ou embalsamamento) e, nos casos de traslado aéreo, os respectivos comprovantes de embarque e despacho de carga;

7.3.2. A comprovação da efetiva prestação do serviço dentro dos rígidos padrões de qualidade e dignidade exigidos, validada de forma definitiva por meio do contato da equipe de fiscalização da Seção de Assistência Social com os familiares do falecido, atestando a adequação da urna, dos paramentos e do atendimento prestado; e

7.3.3. A apuração dos resultados obtidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) referente ao acionamento específico, verificando o cumprimento do tempo de resposta inicial e da eficiência logística, para fins de liberação do valor integral faturado ou aplicação das glosas (descontos) proporcionais previstas neste Termo de Referência.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante carimbo e assinatura da Nota Fiscal pelo Fiscal de Contrato e Ordenador de Despesas, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.6.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Pela natureza contínua e irreversível do objeto, fica dispensado o recebimento provisório. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da conclusão do atendimento e da entrega da respectiva Nota de Serviço, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente da 6ª Região Militar obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.11.1. Imediatamente após a prestação integral do serviço, a Contratada emitirá e apresentará uma Nota de Serviço (ou relatório detalhado de execução) discriminando todos os quantitativos efetivamente utilizados (quilometragem, tipo de urna, modais de transporte e taxas), para fins de apuração do valor exato e confecção do empenho;

7.11.2. A fiscalização realizará a análise da Nota de Serviço, do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e de toda a documentação comprobatória apresentada (guias, certidões e contato de satisfação com a família). Caso haja irregularidades na documentação ou falhas na prestação, indicará as correções pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções documentais;

7.11.3. Aprovada a Nota de Serviço com o valor exato dimensionado pela fiscalização (já com as adequações financeiras do IMR, se houver), a Administração providenciará a emissão da respectiva Nota de Empenho;

7.11.4. Após a emissão do empenho, a Administração comunicará a empresa para que emita a Nota Fiscal (ou Fatura) definitiva, correspondente ao exato valor empenhado;

7.11.5. A Administração emitirá o ateste na própria Nota Fiscal para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, consolidando o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado; e

7.11.6. Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro e de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.20.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.20.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA] e correção monetária.[A10]

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30. Quando da realização do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos percentuais estabelecidos pela legislação vigente, independentemente do percentual de tributo inserido na planilha.

7.31. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido.

Reajuste

7.32. Os preços serão reajustados para a recomposição do seu valor aquisitivo, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantendo-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.33. Os preços contratuais serão reajustados após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data base da proposta (data do orçamento estimado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

7.35. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo, que será, obrigatoriamente, o utilizado na aferição final.

7.36. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo ou, na sua ausência, um índice que reflita a variação dos custos, mediante a celebração de termo aditivo.

7.37. O reajuste em sentido estrito será formalizado por meio de apostilamento.

Cessão de Crédito

7.38. É admitida a cessão do crédito decorrente desta contratação, desde que haja prévia e expressa aprovação da Administração Contratante, condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.39. A celebração do aditamento e o pagamento ao cessionário exigem a comprovação de que este mantém a regularidade fiscal e trabalhista, e que não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público.

7.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral e exclusiva responsabilidade da Contratada (cedente). Todas as cláusulas exorbitantes, retenções, glosas e multas decorrentes de inexecução poderão ser abatidas do crédito cedido, sendo o cessionário sub-rogado estritamente no saldo remanescente.

7.41. Fica permitida a vinculação do direito creditório a operações de crédito e antecipação de recebíveis, com ou sem a emissão de títulos de crédito, nos estritos termos do art. 27-A da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” (atraso injustificado na execução do contrato), de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” (fraude, atos ilícitos, etc.), de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” (causar o atraso na execução do contrato que resulte em prejuízo severo), de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação, caso o atraso inviabilize o aproveitamento do serviço pela Administração.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” (inexecução parcial do contrato), de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação, ressalvadas as seguintes infrações operacionais específicas também enquadráveis nessa alínea, que terão penalidades calculadas sobre o valor faturado do evento:

8.2.4.6.1. Atraso injustificado no Tempo de Resposta Inicial (superior a 1 hora após o acionamento formal da Seção de Assistência Social): multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do acionamento específico;

8.2.4.6.2. Fornecimento de urna, invólucro ou paramentos em desconformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência, desde que não impeça a realização do traslado: multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor unitário do item fornecido inadequadamente;

8.2.4.6.3. Falha na técnica de conservação (tanatopraxia, embalsamamento ou formolização) de restos mortais ou membros amputados que resulte em transtornos durante o traslado ou o velório: multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do acionamento específico.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação de qualquer penalidade ou multa realizar-se-á estritamente mediante a abertura de Processo Administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

8.8.1. Caso o Fiscal do Contrato identifique qualquer irregularidade na prestação do serviço, ele deverá relatar o fato e solicitar formalmente à autoridade competente a abertura do respectivo Processo Administrativo. A multa só será efetivamente aplicada após a conclusão deste processo.

8.8.2. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.3. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de serviços funerários e traslado de corpos, expedido por Agência Nacional de Vigilância Sanitária (VISA) nos termos RDC nº 33/2011 da ANVISA e legislações municipais correlatas.[A11]
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total, aplicável para o valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34.6. Comprovação de autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) ou vínculo contratual/comercial com companhia aérea regular, garantindo a regularidade e segurança do transporte no modal aéreo.

9.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.37. Apresentação de comprovação de que o fornecedor possui em seu quadro de pessoal, na data prevista para a entrega da proposta, profissional(is) de nível técnico ou superior devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (ex: CRM, CRBio, ou outro admitido legalmente), detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, conforme indicado abaixo:

9.37.1. Para o Responsável Técnico: serviços de conservação de restos mortais humanos (tanatopraxia, embalsamamento ou formolização), atestando a aptidão para responder perante a Vigilância Sanitária pelos procedimentos laboratoriais exigidos neste Termo de Referência.

9.37.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato (figurando como responsável pelas atas de preparação), e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1. ata de fundação;

9.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.45.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.45.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a contratação, dimensionado para a vigência total de **60 (sessenta) meses**, é de **R\$ 5.863.597,00 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e três mil, quinhentos e noventa e sete reais)**, o qual constitui o limite máximo aceitável para o certame.

10.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, revisados ou atualizados nas seguintes hipóteses:

10.2.1. Para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Mediante reajuste em sentido estrito pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**), após o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da **data-base da proposta**, visando a recomposição do valor aquisitivo da moeda, conforme as regras detalhadas no Item 7 deste Termo de Referência.

10.3. O detalhamento dos quantitativos globais e preços unitários que fundamentam esta estimativa está consolidado na tabela de necessidades constante no Item 1.1 deste documento.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 160036;
- II. Fonte de recursos: 1005000142;
- III. Programa de trabalho: 215846;
- IV. Elemento de despesa: 339039; e
- V. Plano interno: D5SAFUSTRAS.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.[A1]

Salvador, BA, 11 de maio de 2026.

MAURO CABRAL DA SILVA - CPF 017117167-07

Integrante Requisitante

EMERSON VILAS BOAS - CPF 413694978-22

Integrante da Administração

13. ANEXO I

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

O presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR) define os indicadores, as metas de qualidade, a forma de aferição e as respectivas glosas a serem aplicadas no caso de descumprimento dos padrões exigidos para a prestação do serviço de preparação e translado de restos mortais e membros anatômicos.

Indicador de Desempenho	Padrão de Qualidade Esperado (Meta)	Forma de Aferição	Sanção / Glosa (Desconto na Fatura)
1. Tempo de Resposta (Prontidão)	Início do atendimento e deslocamento em, no máximo, 1 (uma) hora após o acionamento telefônico realizado pela SAS /6.	Confronto entre o horário do acionamento registrado pela SAS/6 e a comprovação de chegada do preposto da Contratada ao local do óbito/IML.	Atraso injustificado: Glosa de 5% sobre o valor total do serviço de preparação acionado, por hora (ou fração) de atraso.
2. Qualidade dos Materiais (Urnas e Paramentos)	Fornecimento de urnas, invólucros e revestimentos de zinco em rigorosa conformidade com as descrições, medidas e normas do Termo de Referência.	Relatório fotográfico obrigatório enviado pela Contratada (comprovando o modelo da urna e o uso do zinco) e <i>feedback</i> dos familiares.	Substituição imediata sem ônus à Administração. Caso a substituição atrase o translado, glosa de 10% sobre o valor do respectivo material, além das penalidades contratuais.
3. Excelência na Conservação (Tanatopraxia /Embalsamamento)	Corpo preparado de forma a suportar o tempo total do translado e do velório sem vazamentos de fluidos, odores ou sinais de decomposição precoce.	Relato da família enlutada e/ou informação do Oficial de Assistência Social da Organização Militar de destino.	Falha inaceitável. Glosa de 20% sobre o valor total da Nota Fiscal do atendimento, sem prejuízo de abertura de Processo Administrativo para aplicação de multa e rescisão.
4. Desembarço Documental e Desempenho Logístico	Máxima agilidade na obtenção de certidões, autorizações sanitárias e trâmites aéreos (ANAC), não permitindo que o corpo aguarde indevidamente no laboratório.	Análise da linha do tempo: Horário da liberação do corpo pelas autoridades <i>versus</i> horário do efetivo embarque/início da viagem rodoviária.	Glosa de 5% sobre o valor do translado por dia (ou fração superior a 12 horas) de atraso logístico injustificável e imputável à Contratada.

Regras de Aplicação do IMR:

1. A aplicação da glosa não exige a Contratada de corrigir as falhas apontadas, tampouco impede a aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar previstas no Edital, garantindo-se sempre o contraditório e a ampla defesa.

2. Não serão aplicadas glosas se o atraso ou a falha decorrerem comprovadamente de força maior, caso fortuito ou lentidão exclusiva de órgãos públicos (ex: atraso na liberação pelo IML ou cancelamento de voos por questões meteorológicas), desde que a Contratada comunique e comprove o fato imediatamente à fiscalização.

14. ANEXO II

Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

GRUPO 1						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Und Med	CAT	REQUISIÇÃO MÁXIMA (60 meses)	VALOR Unt MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL MÉDIO (R\$)
1	Translado de corpo via rodoviário por quilômetro	Km	4170	40.000	R\$ 5,70	R\$ 228.000,00
2	Translado de corpo via aéreo por quilo	Kg	4170	11.250	R\$ 52,00	R\$ 585.000,00
3	Translado de corpo via Taxi Aéreo por quilômetro	Km	4170	40.000	R\$ 43,60	R\$ 1.744.000,00
4	Tanatopraxia	Und	4170	100	R\$ 1.490,50	R\$ 149.050,00
5	Embalsamamento	Und	4170	100	R\$ 1.701,00	R\$ 170.100,00
6	Serviço de confecção de coroa de flores composta por mix de folhagens e flores naturais (crisântemo e flores da época) Média (1,00x1,00)	Und	4170	100	R\$ 500,00	R\$ 50.000,00
7	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 0,60m.	Und	483059	50	R\$ 575,44	R\$ 28.772,00
8	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 0,80m.	Und	483059	50	R\$ 1.300,00	R\$ 65.000,00
9	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,00m.	Und	624601	50	R\$ 800,00	R\$ 40.000,00
10	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, alça varão de metal com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,20m.	Und	622555	50	R\$ 1.255,00	R\$ 62.750,00
11	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, alça varão de metal com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,40m.	Und	624600	50	R\$ 946,00	R\$ 47.300,00
12	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, visor de acrílico com duas chavetas para o visor, babado e sobrebabado em renda, alça varão de metal com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,60m.	Und	624603	50	R\$ 1.150,00	R\$ 57.500,00
13	Urna normal de madeira na cor natural, sextavada, acabamento externo em verniz de alto brilho, forração na caixa e tampa em papel nevado e com quatro chavetas, visor de vidro com quatro chavetas para o visor, travesseiro solto, babado e sobrebabado em renda, alça	Und	622630	100	R\$ 2.202,50	R\$

	varão com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em alto relevo e tamanho até 2,00m.					220.250,00
14	Urna normal de madeira na cor natural, sextavada, acabamento externo em verniz de alto brilho, forração na caixa e tampa em papel nevado e com quatro chavetas, visor de vidro com quatro chavetas para o visor, travesseiro solto, babado e sobrebabado em renda, alça varão com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em alto relevo e tamanho especial (Altura acima de 2,00m e peso acima de 100kg).	Und	622661	100	R\$ 2.520,00	R\$ 252.000,00
15	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 0,60m.	Und	622569	50	R\$ 610,00	R\$ 30.500,00
16	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 0,80m.	Und	622568	50	R\$ 500,00	R\$ 25.000,00
17	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 1,00m.	Und	622568	50	R\$ 600,00	R\$ 30.000,00
18	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 1,20m.	Und	622568	50	R\$ 700,00	R\$ 35.000,00
19	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 1,40m.	Und	622568	50	R\$ 800,00	R\$ 40.000,00
20	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho infantil de 1,60m.	Und	622568	50	R\$ 900,00	R\$ 45.000,00
21	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho adulto até 2,00m.	Und	622567	100	R\$ 1.100,00	R\$ 110.000,00
22	Revestimento metálico (zinco), para urna funerária e tamanho adulto especial (Altura acima de 2,00m e peso acima de 100kg).	Und	622569	100	R\$ 1.400,00	R\$ 140.000,00
23	Correção Facial	Und	4170	100	R\$ 1.010,00	R\$ 101.000,00
24	Serviços Funerários e desembaraço da documentação para transporte terrestre.	Und	4170	100	R\$ 450,00	R\$ 45.000,00
25	Serviços Funerários e desembaraço da documentação para transporte aéreo.	Und	4170	100	R\$ 700,00	R\$ 70.000,00
	TOTAL DA REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA O GRUPO 1:					R\$ 4.371.222,00
GRUPO 2						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Und Med	CAT	REQUISIÇÃO MÁXIMA (60 meses)	VALOR UndITÁRIO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL MÉDIO (R\$)
26	Translado de membro via rodoviário por quilômetro	Km	4170	20.000	R\$ 5,50	R\$ 110.000,00
27	Translado de membro via aéreo por quilo	Kg	4170	5.000	R\$ 65,00	R\$ 325.000,00
28	Translado de membro via Taxi Aéreo por quilômetro	Km	4170	20.000	R\$ 45,00	R\$ 900.000,00
29	Higienização e Formolização	Und	4170	25	R\$ 1.200,00	R\$ 30.000,00
30	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, babado e sobrebabado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 0,60m.	Und	624597	25	R\$ 780,00	R\$ 19.500,00
31	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, babado e sobrebabado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 0,80m.	Und	624602	25	R\$ 660,00	R\$ 16.500,00
32	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, babado e sobrebabado em renda, quatro alças dura de metal, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,00m.	Und	624601	25	R\$ 1.250,00	R\$ 31.250,00
33	Urna normal de madeira, sextavada, acabamento externo em esmalte PU alto brilho na cor branca, forração na caixa e tampa em papel nevado e com duas chavetas, babado e sobrebabado em renda, alça varão de metal com seis suportes metalizados, tampa com moldura pirogravada em baixo relevo e tamanho infantil de 1,20m.	Und	622555	25	R\$ 1.255,00	R\$ 31.375,00
34	Serviços funerários e desembaraço da documentação para transporte terrestre de membro.	Und	4170	25	R\$ 450,00	R\$ 11.250,00

35	Serviços funerários e desembaraço da documentação para transporte aéreo de membro.	Und	4170	25	R\$ 700,00	R\$ 17.500,00
	TOTAL DA REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA O GRUPO 2:					R\$ 1.492.375,00
	TOTAL DA REQUISIÇÃO MÁXIMA:					R\$ 5.863.597,00

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURO CABRAL DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 14:10:11.

EMERSON VILAS BOAS

Membro da comissão de contratação